Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Odebrecht Ambiental – Sumaré S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Odebrecht Ambiental — Sumaré S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odebrecht Ambiental — Sumaré S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Ainda conforme referida Nota 1, no contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências da controladora Odebrecht Ambiental S.A. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esses temas.

Barueri, 1º de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Felipe Edmond Ayoub Contador CRC 1SP187402/O-4

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	Nota explicativa	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	607	6.713	Fornecedores	9	11.111	
Fundos restritos				Empréstimos e financiamentos	10	5.180	30.142
Contas a receber	6	9.925		Debêntures	11	16.919	
Partes relacionadas				Salários e encargos sociais		1.647	
Adiantamentos a fornecedores	7	3.115		Tributos a pagar		1.529	132
Tributos a recuperar				PIS, COFINS e ISS diferidos			
Estoques				Obrigações com o poder concedente	14	28.819	54.599
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber				Obrigações pela aquisição de investimentos			
Despesas antecipadas				Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			
Outros ativos		768		Outros passivos		4.123	
		14.415	6.713			69.328	84.873
Não circulante Realizável a longo prazo Contas a receber Fundos restritos Partes relacionadas Imposto de renda e contribuição social diferidos Tributos a recuperar Adiantamentos para futuro aumento de capital Dividendos e juros sobre capital próprio a receber Depósitos judiciais Despesas antecipadas Outros ativos	13	10.311 640_ 10.951	220	Não circulante Empréstimos e financiamentos Debêntures Partes relacionadas PIS, COFINS e ISS diferidos Imposto de renda e contribuição social diferidos Provisões para contingências Obrigações com o poder concedente Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar Obrigações pela aquisição de investimentos Outros passivos	11 12 14	64.715 5.304 311 70.330	10.336
Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas Propriedades para investimento Imobilizado Intangível	8	622 95.502	89,894	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto) Capital social Reserva de capital Reservas de lucros Prejuízos acumulados	15	2.033	2.033
ilitaligivei	0	95.502	09.894	riejuizos acumulados		(20.201)	(426)
		107.075	90.114			(18.168)	1.607
Total do ativo		121.490	96.827	Total do passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		121.490	96.827

Demonstração do resultado Exercício e período findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2014
Operações continuadas Receita líquida de serviços e vendas	16 (a)	35.733	2.209
Custos dos serviços prestados e vendas	16 (c)	(35.245)	(2.165)
Lucro bruto		488	44
Despesas operacionais	16 (c)		
Gerais e administrativas	_	(15.405)	
Lucro (prejuízo) operacional		(14.917)	44
Resultado financeiro	16 (d)		
Receitas financeiras		1.165	18
Despesas financeiras	_	(16.114)	(708)
Resultado financeiro, líquido	_	(14.949)	(690)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(29.866)	(646)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13 (b)	10.091	220
Prejuízo do exercício	=	(19.775)	(426)
Prejuízo por ação básico e diluído de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exrecício (expresso em R\$ por ação)	15 (b)	(9,73)	(0,59)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 19 de novembro de 2014 (data da constituição)		1		1
Aumento de capital social Prejuízo do período	15 (a)	2.032	(426)	2.032 (426)
Em 31 de dezembro de 2014		2.033	(426)	1.607
Prejuízo do exercício	_		(19.775)	(19.775)
Em 31 de dezembro de 2015	_	2.033	(20.201)	(18.168)

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios e períodos findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(29.866)	(646)
Ajustes Depreciação e amortização Valor residual do ativo imobilizado baixados	1.685 16	
Provisão para contingências	311	
Margem de lucro de construção	(189)	(44)
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	15.776	142
	(12.267)	(548)
Variações nos ativos e passivos Contas a receber	(9.925)	
Adiantamentos a fornecedores	(3.115)	
Outros ativos	(1.408)	
Fornecedores	9.296	
Salários e encargos sociais	1.647	
Tributos a pagar	1.397	
Obrigações com o poder concedente	(37.917)	
Outros passivos	1.538	
Caixa aplicado nas operações	(50.754)	(548)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(704)	
Adições ao intangível	(7.468)	(22.750)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(8.172)	(22.750)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	30.000	30.000
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(55.000)	
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(2.441)	
Ingressos de debêntures	73.701	
Partes relacionadas	6.560	11_
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	52.820	30.011
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(6.106)	6.713
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.713	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	607	6.713

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A. ("Companhia") foi constituída em 19 de novembro de 2014, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de água e esgotamento sanitário do Município de Sumaré, Estado de São Paulo.

Em 19 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o contrato de concessão com prazo de vigência de 30 anos (2015 – 2045) que compreende os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, incluindo a gestão comercial de todas as atividades, estudos técnicos, projetos, serviços e obras necessárias à complementação, adequação e modernização do sistema, bem como a realização de atividades correlatas, serviços complementares e a exploração de fontes de receitas autorizadas, decorrente da Concorrência nº 04/2014 do Município de Sumaré, prevê o reajuste anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e opção para renovação do prazo. Em junho de 2015, a Companhia iniciou sua operação.

Em 10 de dezembro de 2015, o Ministério Público e a Prefeitura Municipal de Sumaré, assinaram o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com a finalidade de antecipar a universalização do serviço de tratamento de esgotamento sanitário de 2028 para 2022. Em consequência, a Companhia, como interveniente, acordou juntamente com o poder concedente, a postergação do saldo a pagar de outorga até a assinatura do 1º Aditivo ao Contrato de Concessão para reequilíbrio econômico financeiro, previsto para outubro de 2016.

A Companhia é parte integrante do Grupo Odebrecht ("Grupo"), e é controlada pela Odebrecht Ambiental S.A. ("ODB Ambiental").

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 54.913, apurou prejuízos no exercício no montante de R\$ 19.775, bem com passivo a descoberto de R\$ 18.168, principalmente em função de: (i) outorga a pagar ao poder concedente, suspensa de pagamento até a assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme descrito acima, previsto para outubro de 2016; (ii) emissão de debêntures, cujos juros começarão a ser pagos em julho de 2016; (iii) contratação de empréstimos para capital de giro com vencimentos em julho e agosto de 2016; (iv) início das operações em junho de 2015 (três meses após a previsão inicial), o que acarretou em uma redução na arrecadação esperada para 2015. A administração da Companhia entende que o volume planejado de suas operações e redução de custos para os exercícios sequintes serão suficientes para gerar fluxo de caixa positivo e cumprir as obrigações contratuais e financeiras de curto prazo, além de já estar em negociação com instituições financeiras para captação de nova dívida de longo prazo e renegociação das dívidas existentes. A previsão de arrecadação para o ano de 2016 é de R\$ 58.631 (não auditado). Adicionalmente, a ODB Ambiental manifesta formalmente que poderá prover recursos financeiros, caso seja necessário para fazer face aos passivos de curto prazo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências da controladora Odebrecht Ambiental S.A. Embora, até o presente momento, não haja como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, a administração entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente as atividades da Companhia.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 1º de abril de 2016.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia não possuiu outros resultados abrangentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e no período findo em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, a demonstração de resultados abrangentes nessas datas não está sendo apresentada.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação.

2.3.3 Impairment de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC").

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos os créditos de realização duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

2.5 Ativos intangíveis

(a) Sistema de água e esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário, presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão, e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é avaliado pelo valor justo, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita foi estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia e, até este momento, os investimentos realizados são avaliados a valor justo e classificados como intangível em formação.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direito de concessão

O direito de concessão refere-se à outorga registrada na concessão no ativo intangível e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante.

A amortização é calculada linearmente com base no prazo do contrato de concessão. O direito de outorga foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada linearmente com base no prazo do contrato de concessão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Empréstimos, financiamento e debêntures

São reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os valores estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas de empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação dos empréstimos, financiamentos e debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou todo dos empréstimos, financiamentos e debêntures sejam sacadas.

Os empréstimos, financiamento e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanco.

2.7 Obrigações com o poder concedente

A Companhia reconhece a obrigação com o Poder Concedente, pelo direito de explorar o objeto da concessão, quando seu valor é conhecido ou calculável e previsto em contrato. Se o prazo de pagamento for equivalente a um ano ou menos, é classificada no passivo circulante. Caso contrário, é apresentada no passivo não circulante.

2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social para as empresas sediadas no Brasil.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sidos atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo as receitas referentes a prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto. As receitas incluem ainda, parcela não faturada que representam receitas incorridas, cujo consumo foi realizado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente no contrato de concessão pública (ICPC 01 (R1) e OCPC 05, já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão, segundo o método de porcentagem de conclusão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2015 e 2014 é de 2% para os contratos de concessões públicas (intangível).

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; e (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

(c) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão para contabilizar seu contrato de construção. O uso deste método requer que a Companhia estime o estágio de execução de cada contrato até a data-base do balanço patrimonial como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados (Nota 2.9 (b)).

(d) Receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada prestação de serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Vida útil do ativo intangível

Os ativos intangíveis da concessão são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e o período findo em 31 de dezembro de 2014.

(a) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Os critérios para constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") são os títulos a receber de usuários particulares vencidos há mais de 180 dias e de órgãos públicos vencidos há mais de 720 dias. Apesar de ser um critério quantitativo, devido ao tipo de serviço que a Companhia presta ser um serviço essencial, o não pagamento pelo usuário final do título vencido geraria a interrupção do serviço. Dessa forma, a Companhia considera que o critério para constituição da PCLD é suficiente para cobrir eventuais perdas nesses títulos.

O risco de crédito também decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e contas a receber na data do balanço (Notas 5 e 6).

(b) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital às acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, pode ser assim sumariado:

	2015	2014
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 10) Total de debêntures (Nota 11) (-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	5.180 81.634 (607)	30.142
(-) Caixa e equivalentes de Caixa (Nota 5)	(607)	(6.713)
Dívida líquida	86.207	23.429
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(18.168)	1.607
Total do capital	68.039	25.036
Índice de alavancagem financeira - %	127%	94%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

		2015	2014
	Empréstimos e recebíveis		
	Caixa e equivalentes de caixa	607	6.713
	Contas a receber	9.925	
		10.532	6.713
	Outros passivos financeiros		
	Fornecedores	(11.111)	
	Empréstimos e financiamentos	(5.180)	(30.142)
	Debêntures	(81.634)	(00.1.12)
	Obrigações com o poder concedente	(28.819)	(64.935)
	Partes relacionadas	(5.304)	(11)
	Outros passivos	(4.123)	(11)
	04103 2431103	(4.123)	
		(136.171)	(95.088)
5	Caixa e equivalentes de caixa		
		2015	2014
	Fundo fixo	15	
	Bancos conta movimento	190	2
	Aplicações financeiras (i)	402	6.711
		607	6.713

(i) O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015 está representado por operação compromissada com banco de primeira linha, sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

6 Contas a receber

	2015
Contas a receber de clientes	
Concessões públicas	9.925

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2015
Avencer	3.819
Até 30 dias	2.106
De 31 a 60 dias	874
De 61 a 90 dias	447
De 91 a 180 dias	563
Valores a faturar	2.250
Contas a receber de clientes	10.059
Arrecadações a identificar	(134)
Total	9.925

7 Adiantamento a fornecedores

O saldo de R\$ 3.115 refere-se, substancialmente, a adiantamento contratual para o fornecedor Capital Humano Obras e Serviços Ltda. que presta serviços técnicos especializados e fornece equipamentos e materiais para execução de obras no sistema de esgotamento sanitário e abastecimento de água. O saldo deverá ser compensado conforme a execução do serviço.

8 Intangível

	Sistema de água e esgoto	Direito de concessão (i)	Intangível em formação (ii)	Total
Em 19 de novembro de 2014 Adições		87.685	2.209	89.894
/ wigoco		87.685	2.209	89.894
Em 31 de dezembro de 2014				
Custo		87.685	2.209	89.894
Saldo contábil, líquido		87.685	2.209	89.894
Em 1º de janeiro de 2015	700		0.000	0.470
Adições Transferências	783 2.681		8.689 (2.681)	9.472
Ajuste a valor presente Amortização	(83)	(2.244) (1.537)		(2.244) (1.620)
Saldo contábil, líquido	3.381	83.904	8.217	95.502
Em 31 de dezembro de 2015				
Custo Amortização acumulada	3.464 (83)	85.441 (1.537)	8.217	97.122 (1.620)
Saldo contábil, líquido	3.381	83.904	8.217	95.502
Vida útil (anos)	30	30		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Refere-se à outorga fixa a pagar ao poder concedente.
- (ii) O intangível em formação refere-se a investimentos na construção da estação de esgotamento sanitário do Município de Sumaré, com prazo de conclusão em dezembro de 2019.

9 Fornecedores

	2015
Aquisição de intangível	1.815
Serviços e materiais para operação	8.359
Outros	937_
	11.111

10 Empréstimos

(a) Composição

Instituição financeira		Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	2015	2014
Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") Caixa Econômica Federal ("CEF") CEF	Capital de giro (CCB) Capital de giro (CCB) Capital de giro (CCB)	CDI + 2,20% CDI + 4,03% CDI + 4,16%	16,35% 16,44%	dez/2015 jul/2016 ago/2016	2.000 3.180	30.142
Total					5.180	30.142

(b) Movimentação

	2015	2014
Saldo no início do exercício (+) Adição de principal (+) Adição de juros	30.142 30.000 2.479	30.000 142
(+) Autçao de juros (-) Amortização de principal (-) Amortização de juros	(55.000) (2.441)	142
Saldo no final do exercício	5.180	30.142

(c) Garantias e outras informações relevantes

O contrato junto ao CEF está garantido pelo suporte de seu acionista controlador, ODB Ambiental.

Consideram-se os valores contábeis dos empréstimos equivalentes aos valores justos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 **Debêntures**

Composição (a)

(b)

	Unidade	Série	Emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2015
Na moeda real					J				
Bradesco (-) Custos de transação		Única	abr/2015	CDI+4,55%	21,92%	jun/2020	(1.299)	(1.169)	82.803 (1.169)
Total						_	(1.299)	(1.169)	81.634
Total de debêntures curto p (-) Custo de transação	orazo							_	17.179 (260)
Circulante								_	16.919
Total de debêntures longo p (-) Custo de transação	prazo							_	65.624 (909)
Não circulante								_	64.715
								_	81.634
Movimenta	ção								2015_
(+) Novas emissõ (+) Encargos finar (-) Custos de tran	nceiros								75.000 7.803 (1.169)
Saldo no final do	exercício								81.634
Prazo de ve	encime	nto							

(c)

2017	18.490
2018	18.490
2019	18.490
2020	9.245
Saldo no final do exercício	64.715

2015

(d) Garantias e outras informações relevantes

As debêntures estão garantidas pelo suporte de seu acionista controlador, ODB Ambiental.

Consideram-se os valores contábeis dos empréstimos equivalentes aos valores justos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A Companhia possui em seu contrato de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais.

A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas relativas às debêntures.

12 Partes relacionadas

ODB Ambiental

Resu Resu finan	Custos/despesas operacionais	Passivo não circulante Partes relacionadas		-
Exercício findo Período de 1 em 31 de novembro a 3 dezembro dezel de 2015 de	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	2014	2015	•
(784)	(3.118)	11	5.304	

O saldo refere-se ao contrato de mútuo com remuneração de 100% do CDI acrescido de 4% ao ano, com vencimento em 31 de dezembro de 2018, rateio de despesas e serviços prestados pelo acionista ODB Ambiental, conforme contrato entre as partes.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2015	2014
Ativo diferido	10.787	235
Passivo diferido	(476)	(15)
	10.311	220

Conforme o estudo técnico preparado pela administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015
Ativo de imposto diferido	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	718
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	10.069
	10.787
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:	
2016	718
2017	718
2018	1.035
2019	2.487
2020	2.996
2021	2.727
2025	106
	10.787
Passivo de imposto diferido Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	(476)
rassivo de imposto diletido a sei ilquidado depois de 12 meses	(476)
Expectativa de realização do passivo diferido é como segue:	
Demais anos (a partir 2029)	(476)

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos períodos. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

		Reconhecido na demonstração do	
Ativo fiscal diferido	2014	resultado	2015
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL Provisões		7.510 106	7.510 106
Lei 12.973	235	2.936	3.171
	235	10.552	10.787
Passivo fiscal diferido			
Receita e custo de construção Capitalização de juros e custo de transação	(15)	(64) (397)	(79) (397)
	(15)	(461)	(476)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicável aos lucros, como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2014
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social Alíquota nominal	(29.866) 34%	(646) 34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	10.154	220
Efeito das exclusões permanentes	(63)	
Outros Receita de imposto de renda e contribuição social	(63) 10.091	220
Composição do IR e da CS: Imposto de renda e contribuição social diferidos de operações continuadas	10.091	220
Receita de imposto de renda e contribuição social	10.091	220

14 Obrigações com o poder concedente

Refere-se à outorga fixa a pagar ao poder concedente pela exploração e utilização dos bens afetos ao contrato de concessão via subdelegação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e gestão comercial da água no Município de Sumaré.

O valor total da obrigação com o poder concedente é de R\$ 91.000 divididas em 14 parcelas ajustadas a valor presente pela taxa de desconto de 8,52% ao ano que se refere à taxa interna de retorno do contrato de concessão. A primeira parcela foi paga no ato da celebração do contrato de concessão com valor equivalente a 25% do valor total da outorga (R\$ 22.750). A segunda parcela, que tem o mesmo valor da primeira, foi paga em 17 de junho de 2015. Em julho de 2015, iniciou-se a amortização mensal no valor de R\$ 3.792, tendo sido pago o valor de R\$ 15.167, porém em 17 de outubro de 2015 os pagamentos foram suspensos conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e deverão ser pagos em 2016.

15 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

(a) Capital social

	% de participação		Capital social			Quantidade de ações
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
ODB Ambiental	100,00	100,00	2.033	2.033	2.032.852	2.032.852

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 19 novembro de 2014, a Companhia foi constituída com o capital social de R\$ 1, através da emissão de 1.000 ações ordinárias, em moeda corrente nacional.

Em 16 de dezembro de 2014, foi aprovado o aumento de capital social, no montante de R\$ 2.032, mediante a emissão de 2.031.852 ações ordinárias, totalmente integralizadas com créditos detidos pela ODB Ambiental junto à Companhia.

(b) Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. A Companhia não mantém ações em tesouraria.

	em 31 de dezembro de 2015	novembro a 31 de dezembro de 2014
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(19.775)	(426)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	2.033	727
Prejuízo básico por ação (em R\$)	(9,73)	(0,59)

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o prejuízo básico e o diluído por ação são iguais.

16 Resultado do exercício

(a) Receita

As reconciliações das receitas auferidas são conforme segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2014
Operações		
Receita de serviços	30.499	
Receita de construção	9.471	2.209
	39.970	2.209
Impostos e contribuições sobre serviços	(2.677)	
Abatimentos e cancelamentos	(1.560)	
	35.733	2.209

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita de Construção

		Receita líquida		Custo de		Margem
		de construção		construção		de lucro
	Exercício findo	Período de 19 de	Exercício findo	Período de 19 de	Exercício findo	Período de 19 de
	em 31 de	novembro a 31 de	em 31 de	novembro a 31 de	em 31 de	novembro a 31 de
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro
Natureza do contrato	de 2015	de 2014	de 2015	de 2014	de 2015	de 2014
Concessão - Intangível	9.471	2.209	(9.282)	(2.165)	189	44
<u> </u>						

(c) Despesa por natureza

Classificadas por natureza: 16 (b) (9.282) (2.165) Pessoal (7.061) Pessoal Remunerações sociais e trabalhistas (2.515) Programa de alimentação (725) Programa de alimentação (725) Programa de alimentação (161) Programa de alimentação (10.931) Programa de alimentação (4.802) Programa de alimentação (4.802) Programa de alimentação (8.633) Programa de alimentação (8.633) Programa de alimentação (8.632) Programa de alimentação (8.632) Programa de alimentação (8.632) Programa de alimentação (8.632) Program de alimentação (1.685) Program de alimentação (1.265) Programa de alimentação (1.266) Program de alimentação (1.266) Program de alimentação (1.266) Program de alimentação (1.266) <td< th=""><th></th><th>Nota explicativa</th><th>Exercício findo em 31 de dezembro de 2015</th><th>Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2014</th></td<>		Nota explicativa	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2014
Pessoal (7.061) Remunerações (2.515) Programa de alimentação (725) Programa de saúde (469) Outros beneficios (1611) Materiais (4.802) Serviços (10.714) Aluquéis e condomínios pessoa jurídica, comunicação e energia elétrica (10.714) Serviços pessoa jurídica (8.83) Anutlenções (339) Auditorias, consultorias e assessorias (1.104) Outros (58) Tributos, taxas e contribuições (81) Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) Depreciação e amortização e encortização e encor	Classificadas por natureza:			
Remunerações (7.061) Encargos sociais e trabalhistas (2.515) Programa de alimentação (725) Programa de saúde (161) Outros beneficios (10.931) Materiais (10.931) Serviços (10.714) Serviços pessoa jurídica (8.683) Mauteriais (8.683) (10.714) Serviços pessoa jurídica (8.683) Manutenções (339) Auditorias, consultorias e assessorias (1.104) Outros (58) Tributos, taxas e contribuições (81) Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) Depreciação e amortização (126) (+) Crédito Piscofins dos custos operacionais 1.549 Comercial (180) Magens (128) Outras (968) Clusto dos serviços prestados (35.245) (2.165) Clusto dos serviços prestados (35.245) (2.165)	Custo de construção (i)	16 (b)	(9.282)	(2.165)
Encargos sociais e trabalhistas (2.515) Program a de alimentação (469) Program a de saúde (469) Outros beneficios (10.931) Materiais (4.802) Serviços (10.714) Serviços pessoa jurídica, comunicação e energia elétrica (10.714) Serviços pessoa jurídica (8.683) Manutenções (339) Auditorias, consultorias e assessorias (1.104) Outros (20.898) Tributos, taxas e contribuições (81) Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) Depreciação e amortização e anortização (180) Viagens (180) Outras (180) Coassificadas por função: (2.65) Classificadas por função: (2.65) Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165)				
Programa de alimentação (725) Programa de saúde (469) Outros benefícios (10.931) Materiais (4.802) Serviços (10.714) Auguéis e condomínios pessoa jurídica, comunicação e energia elétrica (10.714) Serviços pessoa juridica (8.683) Manutenções (339) Auditorias, consultorias e assessorias (1.104) Outros (589) Tributos, taxas e contribuições (81) Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) Depreciação e amortização (1.26) (1.685) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais 1.549 (2.168) Outras (968) (1.28) Outras (50.650) (2.185) Classificadas por função: Custo dos serviços prestados Gerais e administrativas (15.405) (2.165)				
Programa de saúde (469) Outros beneficios (161) (10-931) (10-931) Materiais (4.802) Serviços (10-714) Aluguéis e condomínios pessoa jurídica, comunicação e energia elétrica (10-714) Serviços pessoa jurídica (8.683) Manutenções (339) Auditorias, consultorias e assessorias (1.104) Outros (58) Tributos, taxas e contribuições (81) Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) Depreciação e amortização (126) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais 1.549 Comercial (180) Viagens (128) Outras (968) Classificadas por função: Custo dos serviços prestados Custo dos serviços prestados Gerais e administrativas (35.245) (2.165)				
Outros beneficios (161) (10.931) (10.931) Materiais (4.802) Serviços (10.714) Serviços pessoa jurídica (8.683) Manutenções (339) Auditorias, consultorias e assessorias (1.104) Outros (58) Tributos, taxas e contribuições (81) Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (128) Depreciação e amortização (1685) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais 1.549 Comercial (180) Viagens (128) Outras (968) Ciasificadas por função: (2.165) Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405)				
Materiais (4.802) Serviços (10.931) Aluguéis e condomínios pessoa jurídica, comunicação e energia elétrica (10.714) Serviços pessoa jurídica (8.683) Manutenções (339) Auditorias, consultorias e assessorias (1.104) Outros (58) Tributos, taxas e contribuições (81) Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) Depreciação e amortização (1.685) (1.685) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais 1.549 Comercial Viagens (128) (968) (128) Outras (50.650) (2.165) Classificadas por função: Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerals e administrativas (15.405) (2.165)				
Materiais (4.802) Serviços (10.714) Aluguéis e condomínios pessoa jurídica (6.863) (8.683) Manutenções (339) Auditorias, consultorias e assessorias (1.104) Outros (58) Tributos, taxas e contribuições (81) Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) Depreciação e amortização (1.685) (1.685) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais 1.549 (20.898) Comercial (180) (128) Viagens (128) (968) Outras (50.650) (2.165) Classificadas por função: (2.165) (2.165) Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405) (2.165)	Outros benefícios		(161)	
Serviços (10.714) Aluguéis e condomínios pessoa jurídica (8.683) Serviços pessoa jurídica (8.683) Manutenções (339) Auditorias, consultorias e assessorias (1.104) Outros (58) Tributos, taxas e contribuições (81) Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) Depreciação e amortização (1.685) (4.0 cm) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais (1.685) (4.0 cm) Comercial (180) (128) Viagens (128) (50.650) (2.165) Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405) (15.405)			(10.931)	
Auguéis e condomínios pessoa jurídica, comunicação e energia elétrica (10.714) Serviços pessoa jurídica (8.683) Manutenções (339) Auditorias, consultorias e assessorias (1.104) Outros (58) (20.898) Tributos, taxas e contribuições Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) Depreciação e amortização (1.685) (1.685) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais (1.80) (1.80) Comercial (180) (128) Viagens (128) (968) Outras (50.650) (2.165) Classificadas por função: Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405)			(4.802)	
Serviços pessoa jurídica (8.683) Manutenções (339) Auditorias, consultorias e assessorias (1.104) Outros (58) (20.898) Tributos, taxas e contribuições Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) (126) Depreciação e amortização (1.685) (1.685) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais 1.549 (180) Comercial (180) (128) Viagens (128) (968) Outras (50.650) (2.165) Classificadas por função: Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405) (2.165)				
Manutenções (339) Auditorias, consultorias e assessorias (1.104) Outros (58) (20.898) Tributos, taxas e contribuições Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) Depreciação e amortização (1.685) (1.685) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais 1.549 (180) Comercial (180) (128) Viagens (128) (968) Outras (50.650) (2.165) Classificadas por função: Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405)				
Auditorias, consultorias e assessorias (1.104) Outros (58) (20.898) Tributos, taxas e contribuições Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) (126) Depreciação e amortização (1.685) (1.685) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais 1.549 (2.168) Comercial (128) (128) Viagens (128) (968) Outras (50.650) (2.165) Classificadas por função: Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405)				
Outros (58) (20.898) Tributos, taxas e contribuições (81) Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) Depreciação e amortização (1.685) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais 1.549 Comercial (180) Viagens (128) Outras (50.650) (2.165) Classificadas por função: (50.650) (2.165) Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405) (15.405)				
Countributos, taxas e contribuições (81)				
Tributos, taxas e contribuições (81) Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) Depreciação e amortização (1.685) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais 1.549 Comercial (180) Viagens (128) Outras (968) Classificadas por função: Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405)	Outros		(58)	
Partes relacionadas 12 (3.118) Seguros (126) Depreciação e amortização (1.685) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais 1.549 Comercial (180) Viagens (128) Outras (968) Classificadas por função: Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405)			(20.898)	
Seguros (126) Depreciação e amortização (1.685) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais 1.549 Comercial (180) Viagens (128) Outras (968) Classificadas por função: Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405) (15.405)	Tributos, taxas e contribuições		(81)	
Depreciação e amortização (1.685) (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais 1.549 Comercial (180) Viagens (128) Outras (968) Classificadas por função: Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405) (15.405)	Partes relacionadas	12	(3.118)	
(+) Crédito Pis/Coffins dos custos operacionais 1.549 Comercial (180) Viagens (128) Outras (968) Classificadas por função: Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405) (2.165)			(126)	
Comercial (180) Viagens (128) Outras (968) (50.650) (2.165) Classificadas por função: Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405) (2.165)			(1.685)	
Viagens (128) Outras (968) (50.650) (2.165) Classificadas por função: Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405) (15.405)			1.549	
Outras (968) (50.650) (2.165) Classificadas por função: (35.245) (2.165) Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405) (15.405)				
Classificadas por função: (50.650) (2.165) Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405) (15.405)	Viagens			
Classificadas por função: Custo dos serviços prestados Gerais e administrativas (35.245) (2.165) (15.405)	Outras		(968)	
Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405)			(50.650)	(2.165)
Custo dos serviços prestados (35.245) (2.165) Gerais e administrativas (15.405)	Classificadas por função:			
			(35.245)	(2.165)
(50.650) (2.165)	Gerais e administrativas		(15.405)	
			(50.650)	(2.165)

(i) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura do contrato.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Resultado financeiro

	Nota explicativa	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2014
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras		509	18
Multas por atraso de pagamento		128	
Outras		552	
(-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins)	,	(24)	
		1.165	18
Despesas financeiras			
Juros e variações monetárias		(10.313)	(142)
Amortização do custo de transação		(130)	
Partes relacionadas	12	(784)	(11)
Ajuste a valor presente		(4.044)	
Tributos sobre operações financeiras		(235)	(554)
Outras	•	(608)	(1)
		(16.114)	(708)
Resultado financeiro, líquido	•	(14.949)	(690)

17 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica do Grupo Odebrecht e contando com o apoio da OCS – Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda., seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, o preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de cobertura de seguros da Companhia é considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente a prestação de serviços aos clientes, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de operações e ambiental, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
·	
Responsabilidade civil	30.000
Risco de engenharia	27.367
Riscos diversos	10.000
Riscos operacionais	115.000

* * *